

A Assembleia Legislativa discute projeto de lei que obriga clínicas, hospitais e consultórios médicos e odontológicos a terem recipientes específicos para descarte de filmes de radiografia, além de dar uma destinação ambiental adequada a eles. Pela proposta, os profissionais da saúde devem também orientar os pacientes a deixarem os raios X em locais definidos após os exames. Os estabelecimentos que não cumprirem as normas pagariam multas.

O [Projeto de Lei 156 / 2017](#) é de autoria do deputado Caio França (PSB). Ele surgiu a partir de uma análise dos componentes dos materiais radiográficos. Em sua composição física e química estão metais pesados (como a prata) que apresentam um perigo ambiental e de saúde pública, bem como expõem às pessoas ao risco de contrair problemas renais, gastrointestinais, motores e neurológicos. A proposta está em discussão na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: [ALESP](#), em 27.07.2017.